

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM		25
Protocolo nº	089073/2010	PL. Nº
Divisão:	PRO 11/2/2010	
Mat.	Visto	

ACÇÃO ESTADUAL
MEIO AMBIENTE

PARECER JURÍDICO

Autuado: MINERAÇÃO MORRO VELHO	
Processo nº: 038/1994/004/2003	
Referência: Auto de Infração: 116/2003 - DEFESA	
Tipo de infração: GRAVÍSSIMA	Porte: PEQUENO

I - RELATÓRIO

Mineração Morro Velho foi autuada pela infração ao item 6 do parágrafo 3º, do art. 19, do Decreto 39.424/98:

"causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural".

O processo encontra-se regularmente formalizado.

Tempestivamente apresentou defesa alegando em síntese, o seguinte:

- ✓ Necessidade de advertência nos termos do art. 18, inciso I, do Dec. 39.424/98 e inciso I, do art. 16, da Lei 7.772/80,
- ✓ Auto de infração lavrado em desacordo com a lei.
- ✓ Ausência de competência do agente que assinou o auto de infração, tendo em vista que a Gerente da Divisão de Minerais não Metálicos possui atribuição apenas para orientar e executar a avaliação de impacto ambiental.
- ✓ O auto de infração encontra-se eivado de nulidade
- ✓ Ausência de detalhamento, causando assim o cerceamento de defesa.
- ✓ Ausência de conduta típica, na medida em que o art. 2º, inc. III, da Lei 7.772/80 define poluição ou degradação ambiental ocasionar danos **relevantes** à flora, fauna e a qualquer recurso natural.
- ✓ O agente não pode conceituar livremente o que seja poluição ou degradação. Ele deve se ater ao conceito da lei.
- ✓ A aplicação de sanções é apenas para aqueles que cometem a conduta típica e antijurídica.
- ✓ Não corresponde ao ideal da justiça, em matéria de responsabilidade administrativa-ambiental, a imposição, a alguém, de qualquer responsabilidade sem que este tenha praticado ou concorrido voluntariamente para a consecução da conduta antijurídica.
- ✓ Não opera pessoalmente a Mina Engenho d'Água.

- ✓ Treinou os contratados para operacionalizar adequadamente os resíduos.
- ✓ Houve a ocorrência de roubo ou sabotagem nas dependências da contratada, fato que contribuiu para existência de óleo na oficina.
- ✓ Elaborou projeto específico e construiu fossas sépticas na Minas, antes do início de sua operação, conforme processo FEAM 038/94/03/1995.
- ✓ Falta requisito essencial para se caracterizar a responsabilidade administrativa da autuada, pois não restou provado qualquer dano ou prejuízo ao meio ambiente e nem a sua culpa.
- ✓ Seja cancelado o auto por inexistência de fundamento legal para sua lavratura.

II – ANÁLISE JURÍDICA

Do ponto de vista jurídico as alegações apresentadas são insuficientes para descaracterizar a infração cometida tendo em vista que as mesmas foram devidamente constatadas na vistoria realizada no empreendimento em 10/10/2003.

Constata-se a ausência de nulidade no que diz respeito à competência do agente que lavrou os autos de fiscalização e infração uma vez que o Art.16-B da Lei 7.772/80 dispõe que:

“A fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei, no seu regulamento e nas demais normas ambientais em vigor será exercida pela Semad, pela Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -, pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF - e pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam -, aos quais compete, por intermédio de seus servidores, previamente credenciados pelo titular do respectivo órgão ou entidade:

I - efetuar vistorias e elaborar o respectivo relatório.

II - verificar a ocorrência de infração à legislação Ambiental.

III - lavrar os autos de fiscalização e de infração, aplicando as penalidades cabíveis.

Por outro lado, a imposição da penalidade aplicável às infrações de natureza gravíssima, encontra-se disposta no art. 27 do Dec.39.424/98 que reza:

*“As penalidades de advertência e multa por infração considerada leve ou grave serão aplicadas pelos órgãos seccionais de apoio, e a de **multa, por infração considerada gravíssima**, será aplicada pelas Câmaras Especializadas do COPAM”.*

Não prospera igualmente, a alegação da autuada de não operar pessoalmente a mina objeto da fiscalização, posto que a responsabilidade, perante o órgão ambiental, é

gr

daquele para quem a licença foi concedida ou encontra-se em processo de licenciamento.

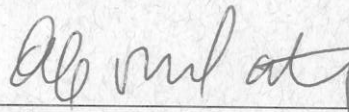
Assim sendo, o auto de infração encontra-se em harmonia com o art. 24 do mesmo decreto supra, não havendo nenhum vício capaz de descaracterizá-lo.

I – CONCLUSÃO

Isto posto, remetemos os autos ao Vice-Presidente da FEAM, sugerindo aplicar uma multa no valor de R\$ 10.001,00, nos termos do que dispõe o Decreto 44.844/2008.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2009.

Autora: Antonieta Carolina de Almeida Couto da Mata – OAB/SP 191.342 - Consultora Jurídica OAB/MG	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho - Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura: 